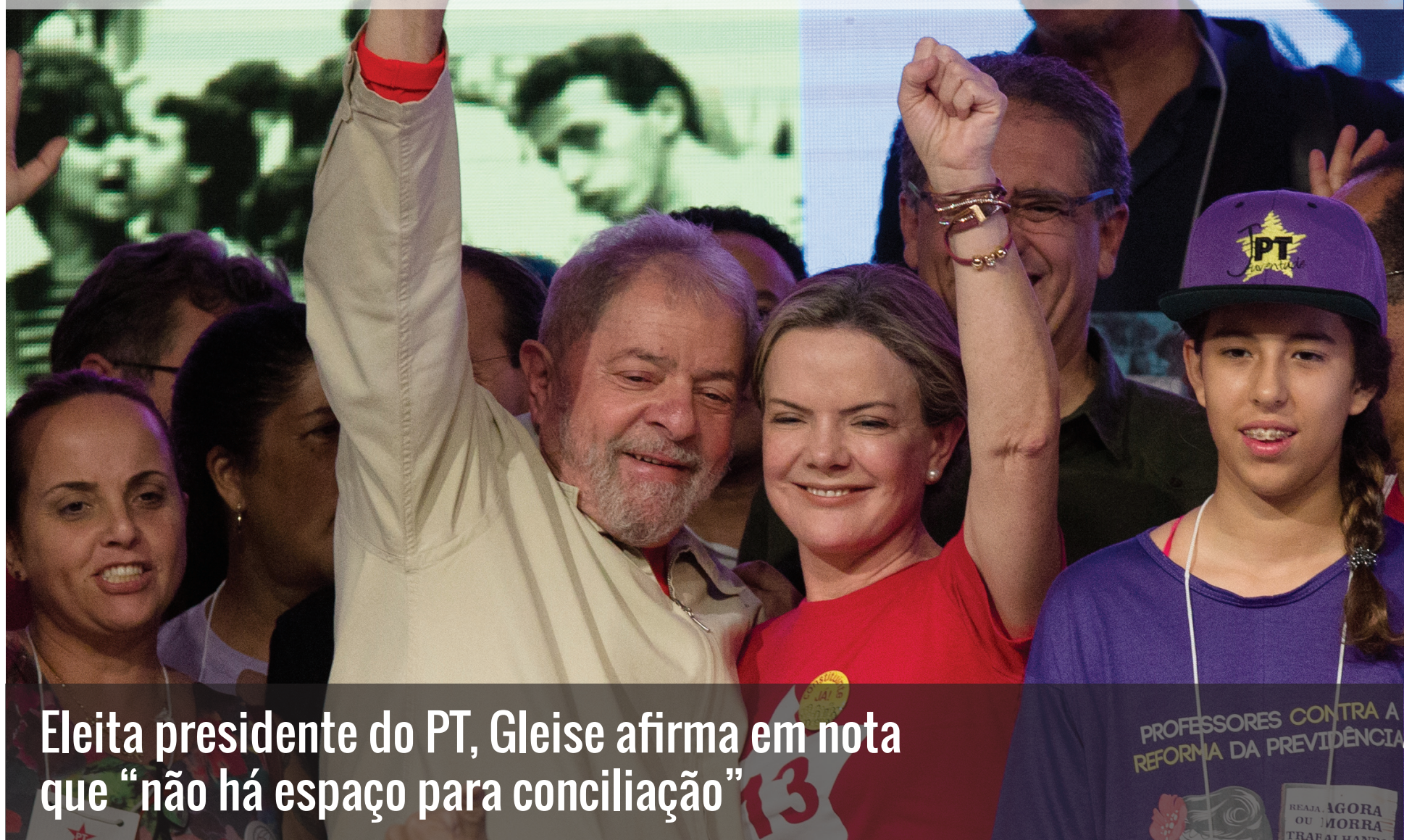


6º CONGRESSO: PT NO RUMO CERTO!

**Fora Temer: Não às contrarreformas! Diretas Já, não ao Colégio Eleitoral!
Lula presidente, com Constituinte! Liberdade para os presos políticos do PT!**



**Eleita presidente do PT, Gleise afirma em nota
que “não há espaço para conciliação”**

CENTRAIS CONVOCAM NOVA GREVE GERAL NO FINAL DE JUNHO

Luta de classe

Centrais chamam nova greve geral para derrubar contrarreformas
pág. 4

6º Congresso do PT

Cobertura especial
págs. 5, 6 e 7

Nacional

Com divisão nas cúpulas, o golpe prossegue
pág. 8

Espanha

Em eleições internas no PSOE vence candidato da base operária
pág. 10

“UNE é pra lutar!” no 55º Conune

Diretas Já e Constituinte para revogar medidas dos golpistas!

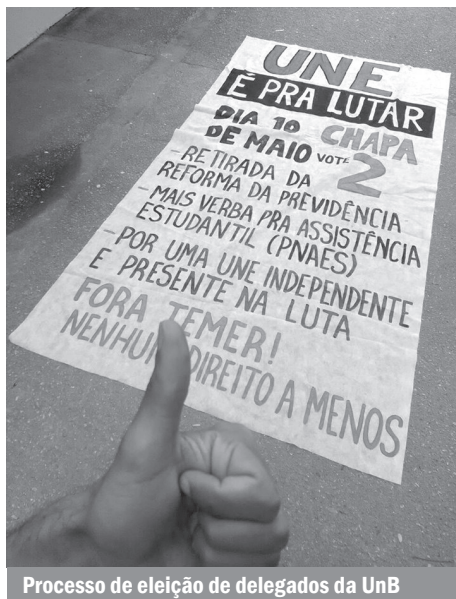
De 14 a 18 de junho ocorre 55º Congresso da UNE (Conune), em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais.

A Juventude Revolução submeteu sua tese “A UNE é pra lutar”, à discussão dos estudantes no processo de eleição delegados e chega ao Conune com uma bancada de 80 delegados eleitos na base.

Nas discussões, ligando o cenário político nacional com a luta dos estudantes pela garantia de seus direitos, as propostas da “UNE é pra lutar” buscam fazer do Congresso da UNE um ponto de apoio para armar a entidade diante da urgente tarefa de derrotar o governo golpista e reverter suas medidas que atacam profundamente a educação. A delegação eleita pela tese fez um esforço de arrecadação nas universidades, entidades, entre apoiadores e amigos para financiar de forma independente sua chegada ao Congresso. Em meio à crise política e institucional, a questão do governo (poder) está no centro do Conune.

O golpista Temer, abalado pelas mobilizações, cujo ponto alto foi a greve geral de 28 de abril, nas quais a juventude teve presença, tenta agora passar as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Abalado pela resistência, apesar de envolvido em denúncias e escândalos,



Processo de eleição de delegados da UnB

apesar da divisão de setores das cúpulas - o que traz dificuldade ao governo golpista em aprovar as contrarreformas - o fato é que o golpe prossegue e só sua derrubada, pelas mobilizações, e que pode frear e reverter sua política de destruição.

É nesse cenário, que reforça a luta pelas Diretas Já, que o Congresso da UNE se reúne, tendo por desafio avançar a luta, ao lado da classe trabalhadora, para derrotar o golpe e revogar as medidas já tomadas. No caso da educação, por exemplo, a PEC do teto de gastos, a revisão do regime de partilha do Pré-Sal que retirou recursos da educação, ou a reforma do ensino médio.

Diretas já e Constituinte!

Mesmo elegendo um novo governo, através das diretas já, a questão que se coloca é: seria possível reverter as medidas golpistas com este Congresso Nacional? Por tudo que se viu, desde o processo do impeachment da presidente Dilma, e o que se vê agora, fica evidente que não.

Por isso a tese “A UNE é pra lutar” vai colocar no centro de sua intervenção no Conune a batalha para que a UNE adote a bandeira da Constituinte Soberana, com deputados eleitos com novas regras (voto proporcional e em lista, financiamento público e fim do Senado) com poderes para revogar os retrocessos como o teto de gastos públicos, a (contra) Reforma do Ensino Médio e a entrega do Pré-sal.

A força da resistência é capaz de impor uma Constituinte e abrir caminho às reais demandas da juventude como aprovação da PEC 51 que desmilitariza a PM, ampliação de verbas e vagas nas universidades, instituir o Passe Livre em todo o país e garantir um futuro digno.

Esse é o combate que a “UNE é pra lutar!” fará no 55º Congresso da UNE, para ajudar a colocar a entidade no rumo da resistência contra as medidas do governo golpista, em unidade com a classe trabalhadora, cujo próximo passo é a greve geral de 30 de junho, chamada pelas centrais sindicais.

Rodrigo Lantyer

Enem, queda no número de inscritos

Medidas dos golpistas derrubam a participação na prova

Desde que foi reformulado em 2009 (governo Lula) o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vinha crescendo e se transformando. O exame que antes servia apenas como método de avaliação do nível de qualidade do ensino médio ganhou status de vestibular. Só ano passado, oito milhões de estudantes participaram da prova, que só perde para o exame chinês Gokao (9,4 milhões) em número de participantes.

Com o exame os estudantes concorrem a 300 mil vagas em universidades públicas através do SISU e é utilizado pelo ProUni que também oferece mais de 200 mil bolsas em universidades privadas.

O governo golpista logo que se instalou negligenciou o exame. Primeiro usou a prova como fator de pressão às ocupações que se desenrolavam pelo

país, multando entidades e ameaçando estudantes.

Em 2017 o governo golpista aumentou em 20 %, o valor da taxa de inscrição ao Enem. Os antigos 62 reais já eram incompatíveis com a realidade dos estudantes de escola pública, os atuais 82 reais são um abismo entre prova e participantes. O que agravou ainda mais a situação foram as mudanças nos critérios para isenção, que fizeram o processo se tornar burocrático e complicado. O resultado das mudanças foi o recuo de mais de dois milhões no número total de inscritos, a consequência é o mesmo número de inscritos de 2013. O retrocesso é a única coisa que avança com o governo defunto de Temer.

Washington Alves

Cresce violência contra juventude

Segundo IPEA, negro e jovem sem estudo são as maiores vítimas

A taxa de homicídios entre jovens cresceu 17 %, o que significa que a cada 100 mil jovens 60 são assassinados. O problema se torna mais grave em relação à juventude negra, onde a taxa sobe para 23 %, segundo dados do IPEA, divulgados no Atlas da Violência 2017, em parceria Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O mais preocupante é que o genocídio da juventude vem aumentando por 20 anos, resultado que sem dúvida se relaciona com a política de repressão policial análoga a praticada pelos capitães do mato.

Segundo a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio ratificada pelo Brasil em 1952, a eliminação sistemática de um grupo étnico, religioso ou minoria nacional configura crime contra humanidade. O que vem acontecendo no Brasil é um genocídio sistemático de uma faixa da população, que é

jovem e negra. Desde a escravidão, até o abandono sem indenizações e sem acesso à educação e moradia, são muitos os fatores que colocam a população negra nessas estatísticas. Mas não há dúvidas de que a questão de classes é fundamental para entendermos esse cenário, que vem se agravando conforme também se aprofunda a crise brasileira.

A mulher negra também é mais vitimada, enquanto as não negras tiveram uma queda de 7,4 % em 10 anos, o número de negras assassinadas subiu 22 %.

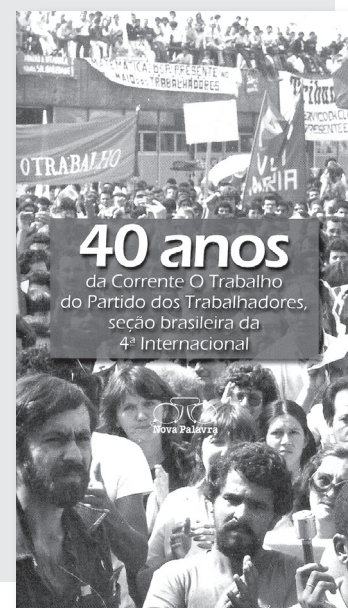
O estado pioneiro nos índices de violência é o Espírito Santo, onde políticas de enxugamento da folha de pagamento e de cortes de gasto só serviram para colocar os capixabas entre os primeiros colocados no ranking da mortalidade de mulheres negras, 9,2 mulheres mortas para cada 100 mil.

OS 40 ANOS DA CORRENTE O TRABALHO DO PT

Com o registro das intervenções no Ato dos 40 anos da Corrente O Trabalho, essa pequena publicação é expressão da liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, da pluralidade que sobrevive no PT. Com o registro das falas de todos os oradores é expressão da discussão viva ali realizada que empolgou mais de 300 presentes.

Dois artigos registram alguns momentos de nossa história, desde a fundação da Organização Socialista Internacionalista (OSI) em novembro de 1976.

A publicação pode ser adquirida junto aos militantes de O Trabalho.



Um Partido dos Trabalhadores

O PT que sai do 6º Congresso é um partido que se mostra disposto a exercer a vocação que vem desde seu surgimento, a de dirigir o processo de luta da maioria oprimida do país, rumo a uma nação soberana.

Imerso nos últimos dois anos na maior crise de sua história, mas enraizado na classe trabalhadora como sua principal conquista política, o PT tem, nas decisões de seu Congresso, a chave para abrir a porta a um novo curso e reconectá-lo com a base social. Este é o significado da batalha pela Unidade pela Reconstrução do PT que sai revigorada do 6º Congresso Nacional.

Instalado numa situação política marcada de um lado, pela iniciativa dos trabalhadores, numa resistência que abala os alicerces do governo golpista, e de outro, pela permanência desse governo que, aos trancos e barrancos, quer prosseguir os ataques aos trabalhadores, o 6º Congresso não tergiversou.

Recusou qualquer saída negociada com os golpistas, ao dizer, peremptoriamente, não ao Colégio Eleitoral, Diretas Já! Como disse Gleisi Hoffmann, eleita presidente “não fomos ao Colégio Eleitoral da Ditadura, não iremos ao Colégio eleitoral do golpe”.

Rejeitou qualquer negociação com as contrarreformas trabalhistas e da Previdência e se declarou ao lado dos trabalhadores, inclusive com o apoio à nova greve geral indicada pelas

centrais sindicais para o final de junho.

Como não se via desde que começou a perseguição ao partido com o mensalão, o 6º Congresso adotou uma resolução que exige a liberdade para seus presos e perseguidos políticos, agora pela Lava Jato.

São resoluções que, na prática, fazem o balanço dos anos de adaptação às instituições que afastaram o PT de sua base social, contaminaram-no com o modus operandi dos partidos burgueses e abriram o flanco para que os inimigos da classe trabalhadora pudessem avançar.

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO ROMPEM COM A ADAPTAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES

“Lula presidente, com Constituinte”, é a expressão principal de um partido que se orienta para, não apenas derrotar o golpe e reverter os ataques já perpetrados, mas para conduzir no Brasil, com novas instituições, o processo de reformas populares que livrem a nação da submissão ao imperialismo.

O Congresso do PT se realiza numa conjuntura internacional na qual, diante da ofensiva destrutiva do capital financeiro, os trabalhadores buscam se reapropriar de

suas organizações para resistir e avançar. As decisões do 6º Congresso correspondem a esse movimento. Ao se dispor a romper com a política de conciliação com os interesses e as instituições pró-imperialistas, o PT pode iniciar uma nova caminhada que, todavia, está por ser realizada.

Nada está dado de antemão. Mas, a expressão interna no PT da luta da classe trabalhadora estabeleceu uma rota, e agora tudo se concentra em fazer valer as decisões adotadas.

A Corrente O Trabalho do PT que, como integrante do Diálogo e Ação Petista, levou o combate desde a abertura do processo congressual, de unidade pela reconstrução do PT, agora apoiada nas resoluções do 6º Congresso, continuará engajada nessa via.

As reuniões de prestação de contas do Congresso já começam a acontecer. Elas devem servir para ajudar a militância a se apropriar das decisões do Congresso, nenhum passo atrás! Devem servir também para ajudar na preparação da greve geral chamada pelas centrais.

Afinal, por mais que o governo golpista se afunde em escândalos, por mais que as cúpulas se dividam, é a ação direta da classe trabalhadora que tem a capacidade de dar um basta ao desastre que ameaça o país.

As decisões do 6º Congresso vêm a serviço dessa luta da classe trabalhadora. Viva o PT!

TRABALHO INFANTIL

Quase três milhões de crianças e adolescentes no país são empurradas para o trabalho infantil ou precoce, prejudicando seu direito à infância, à educação, e também à saúde. São dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É 5% da população que tem entre 5 e 17 anos.

No campo, o número de crianças de 5 a 9 anos que trabalham aumentou 15,4% entre 2014 e 2015, de acordo com a Pesquisa PNAD. Em todo o Brasil, são quase 100 mil, número que havia caído entre 2003 e 2013. Cerca de 60% delas vivem na área rural das regiões Norte e Nordeste.

TRABALHO INFANTIL II

Cerca de 40 mil crianças e adolescentes sofreram de acidente enquanto trabalhavam desde 2007, segundo o Ministério da Saúde. Mais de 50% das ocorrências foram graves, incluindo amputação de mãos, braços e até mortes.

VIOLÊNCIA NO CAMPO DISPARA

No final de maio, dez posseiros de um acampamento na Fazenda Santa Lúcia (próximo a Redenção, Pará) foram assassinados durante uma ação de reintegração de posse realizada pelas Polícias Civil e Militar. As 150 famílias ali acampadas há dois anos reivindicavam que o imóvel fosse destinado para a Reforma Agrária.

VIOLÊNCIA NO CAMPO DISPARA II

O massacre em Redenção se soma a uma escalada de violência ligada à terra no Pará, que vitimou pelo menos 17 pessoas nas últimas semanas.

Em 2016, os 61 assassinatos por conflitos agrários já eram o maior número registrado desde 2003, segundo relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2017, são 36 assassinatos até o momento.

Memória

DEZ ANOS DEPOIS, GREVE DOS METALÚRGICOS EM OSASCO

“Companheiros, fogo agora só no cigarro”. Como uma senha, a frase corria de boca em boca entre os soldados da Brown Boveri, na quinta-feira, dia 1º, no momento em que 80% dos operários começavam a parar a linha de produção da fábrica. Depois de muita expectativa, o movimento iniciado no ABC chegava a Osasco, e já na segunda-feira dia 5 toda a Cobrasma havia entrado em greve, parando também 70 trabalhadores da seção de afiamento de ferramentas da Braseixos. O grande entusiasmo que tomou conta dos operários da Brown Boveri, e a rápida extensão da greve para aquelas duas fábricas, parece estar sendo também início de uma resposta bastante ansiada à violenta repressão que o governo desencadeou sobre os operários de Osasco em sua greve em 1968.

O Trabalho nº 2 – 15/6/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Toda a força na greve geral de 30 de junho

Convocada pela CUT e demais centrais, tem “esquenta” no dia 20

Em 5 de junho as centrais sindicais, reunidas em São Paulo, decidiram indicar a data de 30 de junho para uma nova greve geral de 24 horas pela retirada das “reformas” trabalhista e da Previdência e por “Fora Temer” (a Força Sindical, representada por Juruna, uma vez mais se opôs às “Diretas já”, já assumida pelas demais centrais, exceto a Conlutas).

Na mesma reunião foi convocada uma jornada de mobilização em 20 de junho, para esquentar os motores rumo à nova paralisação nacional, além da orientação da realização de

assembleias nos locais de trabalho e sindicatos, plenárias de ramos e categorias, que devem votar pela participação na greve geral.

Entidades do movimento popular e da juventude, como aquelas agrupadas nas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, vem se somando ao chamado e à preparação da nova greve geral. Assim, a tarefa de todo sindicalista ou militante é a de abrir a discussão, desde o local de trabalho, para garantir a mais ampla adesão dos trabalhadores à luta pela retirada das propostas do governo Temer de

desmanche da Previdência e da CLT.

Congresso sob pressão

Com o mandato de Temer pendurado por um fio, sua “base aliada” no Congresso tenta fazer avançar as duas “contrarreformas”, mas sua prioridade é a de salvar o presidente golpista e sua própria pele (centenas de parlamentares são denunciados por corrupção).

Em 13 de junho, no Senado, foi lido o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB) da “reforma” trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais, prevendo-se a votação em plenário até o final de junho. Já a votação da “reforma” da Previdência na Câmara poderia ficar para agosto, ainda que seu presidente Rodrigo Maia afirme que se dará ainda antes do recesso de julho.

A agenda do Congresso está submetida a uma dupla pressão: das ruas, por um lado, e da necessidade de “defender” Temer diante de novas ações judiciais, enquanto não chega a um acordo de quem



O Brasil que parou em 28 de abril volta a parar em 30 de junho

MINISTRO VAIADO EM CONGRESSO DA FORÇA

Anunciado na abertura do congresso da Força Sindical (12/06 na Praia Grande-SP), Ronaldo Nogueira (PTB), ministro do Trabalho, não conseguiu falar. Os gritos de “Fora Temer” e as vaias vindas dos cerca de 3 mil delegados o impediram.

No mesmo dia, Paulinho da Força, presidente da central, que seria reeleito pelos acordos feitos antes do congresso, havia escrito um artigo a favor do diálogo com o governo Temer.

O deputado do Solidariedade que apoiou o golpe, recebeu no mesmo dia 12 a notícia de que foi condenado em primeira instância (TRF, 3ª região) à perda de direitos políticos por cinco anos por malversação de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) como presidente da Força Sindical.

É certo que Paulinho vai recorrer, mas será que cumprirá 22 anos como presidente da Força Sindical (o congresso vai até o dia 14)?

poderia substituí-lo.

Daí a importância, diante de um inimigo dividido, da greve geral de 30 de junho contra aquilo que ainda unifica os golpistas - as “reformas” exigidas pelo “mercado” - cujo êxito pode inviabilizá-las e abrir uma saída democrática para a crise: antecipação das eleições, Lula presidente com Constituinte.

A hora é de arregaçar as mangas e preparar as condições para fazer do 30 de junho uma greve geral “ainda maior do que a de 28 de abril”.

Julio Turra

Provocações: uma discussão necessária

Tirar as lições da grande marcha a Brasília de 24 de maio

Circula nas redes sociais um artigo de Julio Turra intitulado “Defender a CUT e nossas organizações de todo o tipo de provocação”. Nele podemos ler (ver a íntegra em www.cutindependentedeluta.wordpress.com):

“Quando a marcha chegou à barreira montada pela tropa de choque da PM-DF diante do Congresso e o carro de som que a encabeçava orientava manifestantes a ocuparem o gramado de forma organizada, pequenos grupos de mascarados começaram a atacar a polícia que, após alguns minutos, despejou bombas sobre todos e todas que começavam a se concentrar. Depois veio a cavalaria para cima dos manifestantes e começou um quebra-quebra em ministérios situados do lado oposto da Esplanada.

Com toda a certeza o governo Temer havia decidido impedir a todo o custo que a marcha concluísse com 200 mil pessoas concentradas diante do Congresso Nacional. Isso se constata não só pela presença de infiltrados das forças de repressão (os “P2”), que agiam diretamente ou incitando jovens “black blocs” a enfrentarem a

tropa, mas também pela decisão do ministro da Defesa, Raul Jungman, de aplicar a lei de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e pedir a presença do Exército para “controlar a situação”.

A violência desmedida da repressão ocorreu quando nem sequer a metade dos manifestantes havia entrado na Esplanada.

A lição que fica é organizar nossa autodefesa

As provocações estão sempre a serviço da repressão, venham de onde vierem. O que parece ser evidente no caso de agentes policiais infiltrados, infelizmente não é no caso de pequenos grupos de jovens que, diante da falta de futuro que lhes oferece o sistema apodrecido do capitalismo em todo o mundo, se deixam seduzir pela chamada tática “black bloc”.

O movimento operário, sindicatos e partidos da classe, deve delimitar-se claramente dessa famigerada “tática” que tem como único e recorrente resultado atrair a repressão contra o conjunto dos manifestantes, que depois serão criminalizados, junto com suas entidades (...), para desviar o foco das legítimas bandeiras e reivindicações levantadas.

É preciso afirmar claramente que tais ações isoladas jamais podem substituir a força coletiva organizada com um comando firme e claro. É preciso convencer aqueles que têm a ilusão de que os “black blocs” não são um problema, ou que, mesmo que com métodos errados, eles “combatem do nosso lado”, de que essa é uma falsa e ingênua visão que não tem nada a ver com a ação direta das massas.

A lição que fica é que não podemos permitir que em nossas manifestações circulem tais “mascarados”. Mas, para

tanto, é preciso organizar um serviço próprio de segurança da CUT, fazendo o mesmo em nossos sindicatos, que seja disciplinado e orientado politicamente, como instrumento de defesa de nosso direito de manifestação, que isole os provocadores de todo o tipo e defenda o conjunto dos manifestantes da violência policial.

É o que aprendemos nos piquetes de greve, nos enfrentamentos com a violência patronal e policial, e que não podemos “terceirizar” ou delegar a quem quer que seja.”

“BLACK BLOC, ANARQUISMOS, PROVOCAÇÕES”

É nesse contexto a atualidade do livro “Black Bloc, Anarquismos, Provocações” publicada pela editora Nova Palavra, coletânea de textos de Friedrich Engels, Leon Trotsky, Gérard Bloch, Andreu Camps, Edison Cardoni e outros documentos. Uma publicação orientada para a defesa das organizações e contra a decomposição alimentada pelo imperialismo.

110 páginas. Preço indicativo: R\$ 20,00. Encomenda pelo email: palavra.livraria@gmail.com, com ou com militantes de O Trabalho.





6º CONGRESSO DO PT: “NÃO PREGAMOS NO DESERTO”

Delegados das chapas Unidade Pela reconstrução do PT dão suas impressões

A página do Diálogo e Ação Petista, ouviu, durante o Congresso, alguns dos delegados das chapas Unidade pela Reconstrução do PT, impulsionadas pelo DAP.



Para **Luiz Eduardo Greenhalgh**, delegado por São Paulo, “as propostas do Diálogo e Ação Petista deram frutos. Foram abraçadas pela militância do PT. Não pregamos no deserto”.

Segundo ele, “a participação do DAP no 6º Congresso foi um momento de legitimação política, de reconhecimento pelos delegados e pelas diversas correntes políticas da justeza de nossas posições. Esse papel vai muito além do crescimento numérico do agrupamento, em termos de delegados e cargos no Diretório Nacional.

O 6º Congresso superou nossas expectativas e foi fundamental para

reforçar a esperança que os trabalhadores voltam a depositar no PT. Poderia ter avançado ainda mais se a unidade política demonstrada nas resoluções aprovadas tivesse conduzido a uma chapa única. Mas o importante é que o Congresso armou politicamente o partido para os próximos dois anos.

Os resultados mostram que o DAP tem de continuar. Já demonstrou sua importância e agora, com representação na Comissão Executiva Nacional e membros no Diretório Nacional, esse papel tende a crescer. A tarefa de reconstrução do PT ainda não está concluída”.



DEFESA DOS TRABALHADORES

Vera Carneiro, delegada pela Bahia, foi eleita para a Executiva Municipal do PT de Feira de Santana, deu o seu depoimento:

“Nesse momento político, o 6º Con-

gresso tem uma importância muito grande. O maior partido da classe trabalhadora brasileira afirma posições políticas de defesa dos trabalhadores. Diretas já, Constituinte, não participar do colégio eleitoral deste Congresso corrompido pelo poder econômico, tudo isso aponta um caminho claro para a luta dos trabalhadores”.



RECUPERAR A CONFIANÇA

Roberto Salomão, delegado pelo Paraná, membro da Comissão Executiva Estadual:

“O 6º Congresso correspondeu à esperança que a classe trabalhadora volta a depositar no PT. As resoluções aprovadas são claras. O Diálogo e Ação Petista teve um papel fundamental ao defender, desde o impeachment, as bandeiras “Fora Temer”, “chega de conciliação” e Constituinte, que se combinam hoje com diretas-já, não ao colégio eleitoral, Lula Presidente e defesa dos nossos presos”.



DEFENDER NOSSOS PRESOS POLÍTICOS

Clóvis Ilgenfritz (RS), fundador do PT e convidado ao 6º Congresso, disse que foi um momento de discussões às vezes acaloradas para corrigir rumos e definir políticas que possam ir além do que nossos governos já fizeram. “Ele destacou que achou “muito importante a declaração de nossa presidente eleita, a companheira Gleisi, de que devemos defender com mais vigor nossos companheiros vítimas da AP-470 e da Lava Jato”.

REUNIÕES NA BASE DISCUTEM OS RESULTADOS

O Diálogo e Ação Petista realizou reuniões em várias cidades do país, fazendo o balanço do 6º Congresso e discutindo as tarefas do momento. Cerca de 30 militantes de 15 diretórios, entre zonais e municipais, de São Paulo e municípios da região se reuniram na sede do Diretório Nacional no dia 10 de junho. Os presentes consideraram muito positiva a aprovação da resolução política e decidiram impulsionar a criação de comitês de mobilização, em particular pelas diretas-já, junto com a CUT, outras centrais, partidos e as frentes.

No dia 11, 15 companheiros participaram da reunião do DAP na Baixada Santista. Além do balanço do 6º Congresso, a reunião discutiu a preparação da greve geral marcada para 30 de junho. Foi marcada uma atividade para o dia 20, com o objetivo de “esquentar” os motores para a greve.

Arapiraca (AL) foi sede de reunião do DAP, com 16 militantes da cidade e de Maceió, Girau, São Sebastião e Palmeira. Luiz Gomes, delegado ao 6º Congresso, prestou contas de seu mandato. A reunião discutiu o calendário de lutas e aprovou atividades de formação, comunicação e finanças.

ELEITOS PELO DAP AO DN FAZEM PRIMEIRO BALANÇO

Luiz Eduardo Greenhalgh, Misa Boito e Markus Sokol, eleitos para o Diretório Nacional do PT, divulgaram um primeiro balanço, “6º Congresso do PT aponta o caminho da luta. Não às indiretas no colégio eleitoral, Lula presidente com Constituinte”. Abaixo, alguns trechos:

“O Congresso unânime adotou a posição por Fora Temer e não participação do PT e seus parlamentares em qualquer solução parlamentar sem povo. Afirmou as Diretas Já, com Lula presidente e uma Constituinte soberana para anular as medidas antipopulares dos golpistas e abrir caminho às reformas populares. Apoiou a nova greve geral em discussão entre as centrais sindicais por “nenhum direito a menos” e também a defesa dos petistas presos ou perseguidos judiciário. Estas foram as marcas desse congresso, que já entrou para a história do PT.”

“Para se chegar a esse resultado, contribuíram de forma efetiva as posições defendidas pela tese Unidade pela Reconstrução do PT, impulsionada pelo Diálogo e Ação Petista (DAP), desde o início do processo congressual e a intervenção firme de nossa bancada em Brasília.”

“Os delegados que combatiam pela Unidade na Reconstrução do PT orientaram-se exclusivamente pela base política concreta que existia, então, para uma chapa da mais ampla unidade nesse congresso. E isso numa situação de cerco e ataques permanentes e continuados de nossos inimigos ao partido e de expectativa de nossa base social por uma mudança de rumo do PT - que efetivamente se inicia, ‘um balanço na prática’, como disse a companheira Gleisi Hoffman, presidente eleita que

apoiamos – reaproximando-o da luta de classe.”

“Por tudo isso, decidimos, por unanimidade na delegação compor a chapa com os companheiros e companheiras da corrente CNB, que foi a mais votada para o Diretório Nacional. Consideramos esta a melhor forma de ajudar a unir o partido e, nesta conjuntura, ajudar a avançar da luta da classe trabalhadora em defesa dos direitos e pelo socialismo.”

“O congresso foi positivo, mas ainda há muito a ser feito para a reconstrução de nosso partido como principal instrumento político da classe trabalhadora brasileira. Encerrado o debate congressual, é para essa luta que conclamamos todos e todas militantes do Partido dos Trabalhadores!”

RESULTADOS DE UM CONGRESSO DE LUTA

PT afirma orientação clara em 6º Congresso histórico

Unânime, o 6º Congresso do PT aprovou o Fora Temer com Diretas Já e a não participação do PT num colégio eleitoral indireto. Afirmou ainda Lula presidente com uma Constituinte soberana para anular as medidas dos golpistas e adotar as reformas populares. Apoiou a nova greve geral das centrais sindicais contra as reformas previdenciária e trabalhista e também a defesa dos petistas presos ou perseguidos pelo judiciário.

São marcas de um congresso que já entrou para a história do PT: 595 delegados, reunidos em Brasília entre os dias 1 e 3 de junho, adotaram uma posição que responde à militância petista apontando a saída da crise institucional aguda da nação, do ponto de vista da classe trabalhadora (v. abaixo Conjuntura).

Não está tudo resolvido, claro, mas foi um passo e tanto.

Para se chegar a esse resultado, contribuiu a tese Unidade pela Reconstrução do PT, impulsionada pelo Diálogo e Ação Petista (DAP) onde a Corrente O Trabalho participa.

O DAP conclamou à uma chapa úni-



Plenária final do 6º Congresso do PT

ca (respeitada a proporcionalidade).

Concorreram no mesmo sentido, as duas reuniões que Lula fez com representantes de todas as correntes. Corretamente, ele insistiu em que o principal deste congresso era a resolução sobre conjuntura.

Mas apesar das posições unânimes nesta questão, em flagrante contradição, houve seis chapas de direção, pois algumas teses se negavam a sequer debater essa possibilidade.

Argumentavam com uma divergência insuperável sobre a estratégia socialista do PT. Mas, após fusão de emendas, também nesta questão houve acordo. Por fim, na questão do falido Processo Eleitoral Direto, se chegou ao consenso de preparar, no novo Diretório Nacional, um plebiscito a respeito na base. Restaram considerações menores de cargos ou preconceitos como justificativas.

Os delegados que combatiam pela

Unidade na Reconstrução do PT preferiram apostar em “um balanço na prática”, como disse Gleisi Hoffmann, nova presidente eleita, para reaproximar o PT da luta de classe. E compuseram a chapa “Em defesa do PT, de Lula e do Brasil” com a corrente CNB-Construindo um Novo Brasil, a mais votada (50%) para o Diretório Nacional, indicando Misa Boito, Luís Eduardo Greenhalgh e Markus Sokol.

Era a melhor forma de ajudar a unir o partido atacado de todos os lados a avançar a luta de classe.

UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO

Com 19 delegados (3,3% dos votos válidos), a tese tem direito a 3 vagas no DN, triplicando a presença atual, e a uma vaga na CEN. No caso, na chapa com a CNB, que fez 45 vagas no DN e 13 na Executiva.

A frente Muda PT fez 26% (7 vagas na CEN), o PPT fez 11% (3 vagas), Optei 7% (2 vagas), AE 6% (1 vaga) e Anulação do impeachment (0 votos, 0 vagas).

RESOLUÇÕES ADOTADAS

Conjuntura Nacional

Lula, medidas de emergência e Constituinte

No ponto 26, unânime, a principal resolução dá um rumo ao partido:

“O PT lutará para impedir que os golpistas interditem o direito do companheiro Lula ser candidato à presidência da República. Em primeiro lugar, porque seria uma violência contra a democracia – particularmente em se tratando de quem, no momento, lidera todas as pesquisas de opinião –, mas também porque a eleição de Lula presidente é uma condição para revogar as mudanças adotadas pelos golpistas.

Para adotar medidas de emergência

que encadeiem reformas estruturais, que só o governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras, é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana que revogue as medidas antipopulares e antinacionais de Temer; reforme as instituições; fortaleça o Estado, realize a Reforma Tributária; a Reforma urbana e proteção ambiental, a Reforma do Judiciário; e assegure e amplie a oferta e qualidade dos direitos sociais; promova a justiça social e fortaleça a democracia”.

Estratégia

A Frente não se sobrepõe ao PT nem se confunde com o governo

Nos pontos 28 e 29, unânime, uma clarificação da relação entre o PT, as frentes e as alianças eleitorais:

“A Frente Brasil Popular, espaço fundamental de nossa ação partidária, deve ser ampliada e fortalecida como instrumento de mobilização e construção programática, preservando sua autonomia em relação às coligações governamentais. Ao representar os agentes principais do projeto nacional que defendemos, deve atuar também para isolar as vozes do

grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir sua base de apoio, atrair setores que se deslocam de sua direção e estabelecer alianças táticas capazes de colaborar para o fortalecimento do campo popular. É importante também manter o diálogo e estreitar relações políticas com a Frente Povo Sem Medo”.

Assim, o papel que ela (FBP) deve cumprir é o de aglutinar forças, alinhar o debate, encaminhar ações conjuntas e construir a unidade da esquerda. A Frente Brasil Popular não deve suplantiar as entidades que a compõe. Não deve se sobrepôr aos partidos, às centrais sindicais e aos movimentos sociais. A esses cabem o protagonismo das ações. À Frente Brasil Popular cabe a construção da unidade na ação. Ao PT cabe o compromisso de priorizar a construção dos movimentos sociais que compõem a Frente.

A política de alianças, incluindo as coalizões eleitorais, deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula presidente, com partidos, correntes e personalidades que estabeleçam compromisso programático dessa natureza”.



Neste Congresso, os delegados voltaram a cantar A Internacional

FALA DE JULIO TURRA APRESENTAÇÃO DA TESE



A tese “Unidade pela Reconstrução do PT” foi apresentada por Julio Turra (da Executiva da CUT), que explicou a iniciativa do Diálogo e Ação Petista (DAP) com companheiros de distintas trajetórias, como Luiz Eduardo Greenhalgh e Clóvis Ilgenfritz, que, “num momento em que o PT estava em perigo e era atacado por todos os lados”, encontraram nessas posições um caminho para retomar a militância no PT.

Recordando os seis pontos levantados pela tese, Julio citou uma frase do artigo de Zé Dirceu publicado naquele mesmo dia na Folha de S. Paulo (01/06): “Não há espaço para conciliação”.

“O Zé tem 100% de razão, só um cego não vê que a conciliação foi uma questão central para explicar a derrota que sofremos, basta ver quem deu o golpe

na Dilma, foram os ‘aliados’ de ontem do PMDB”.

Julio congratulou-se que o fim do PED, “conta hoje com a adesão de quase todas as forças do PT” e, ainda mais, o apoio geral à proposta de uma Constituinte Soberana “que anule todas as medidas nocivas aplicadas pelos golpistas e abra a via para as reformas populares”.

Lembrando o manifesto de 400 sindicalistas no congresso anterior, Julio defendeu um partido orgânico que organize a militância, e não a “federação de mandatos parlamentares” em que ele se transformou.

Concluindo sua fala, dirigiu-se aos delegados dizendo:

“É preciso que olhemos para o mundo marcado pelas incertezas da crise do capitalismo, para tomar apoio na única certeza que existe, que é a resistência dos trabalhadores e povos à política de destruição do imperialismo. Este congresso tem que olhar para a luta da classe trabalhadora no Brasil, que retomou sua iniciativa em março e em 28 de abril fez a maior greve geral de nossa história em defesa dos direitos trabalhistas e da Previdência.

A nossa base social está esperando um sinal de unidade deste congresso. Se depender de nós, força minoritária, o melhor sinal que podemos dar para à nossa base é construir uma chapa única, pois há base política para tanto. Viva o Partido dos Trabalhadores!”.

FALA DE GLEISI

“BALANÇO SE FAZ NA PRÁTICA”



Gleisi Hoffman, cuja candidatura a presidente do PT foi apoiada pelo Diálogo e Ação Petista, fez questão de comparecer a uma plenária dos delegados do DAP, durante o Congresso, agradecer e elogiar o papel do DAP na construção do PT.

Asenadora, lançada pelo CNB, foi eleita por 62% dos votos, contra 38% do senador Lindberg, apoiado pelo bloco Muda PT e a AE, além de José de Oliveira, militante negro, com 0%.

Na defesa de sua candidatura, Gleisi revelou compromisso com a construção partidária e com a superação dos erros, “o balanço se faz na prática”, disse. Após o congresso sintetizou em nota:

“Para quem acha que o PT está acaba-

do, a realização de seu 6º Congresso, em Brasília, mostrou a vitalidade do partido e de sua militância. Foi um congresso que também fez um balanço da atuação partidária, não para expiar culpa, como muitos queriam e cobravam, mas na perspectiva das lições aprendidas com seus erros, para qualificar o partido e propor alternativas mais ousadas para governar novamente o Brasil.

As Resoluções tiradas pelo congresso atestam uma forte base de unidade política, decepcionando àqueles que queriam ver brigas e divisões no interior do partido. As decisões mostraram maturidade daqueles que têm grande responsabilidade pelo PT e, por consequência, com o povo brasileiro.

Em alto e bom som aprovamos Diretas Já. Aliás, defendemos a antecipação das eleições de 2018, assim como a saída imediata de Temer, e vetamos a ida, sob qualquer hipótese, ao Colégio Eleitoral. Também defendemos o fim das reformas em tramitação no Congresso Nacional e a convocação de uma Constituinte Soberana, para fazer as verdadeiras reformas de que o povo precisa.

A classe dominante brasileira não tem nenhuma responsabilidade para com o Brasil e seu povo.”

FALA DE SOKOL DEFESA DE CHAPA DE DIREÇÃO



O povo foi muito generoso conosco porque depois do golpe, ainda sofrendo uma derrota eleitoral, em menos de 6 meses, nossos companheiros da CUT e do movimento popular, estavam à frente da maior greve da história. A partir daí, nós viemos aqui em busca da construção da unidade.

Os jornais de hoje anunciam que o Ministério Público pediu a prisão de Lula em regime fechado, além de uma multa estratosférica. Esse é mais um motivo de porque a unidade é tão necessária. Mas ela também é possível, para nós que viemos aqui com seis pontos: foram integrados a maior parte deles. O Fora Temer e as Diretas, a luta pela Constituinte Soberana, e a posição clara pela libertação dos companheiros presos do PT. Então a unidade não só é necessária, é possível!

E a responsabilidade, nosso compromisso como militantes pelo socialismo,

é fazer tudo para que avance a luta da classe trabalhadora, até a expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção. Porque sem isso, o socialismo é reduzido à uma declaração de boas intenções, que partilhamos, mas que o realismo de classe no chão de fábrica sabe, que não há intenção que se sobreponha à opressão do proprietário. É por isso que nós reafirmamos esse compromisso.

Hoje, isso se concretiza numa coisa simples. Esse congresso por unanimidade vai aprovar, tenho convicção, uma expressão prática do “não à conciliação”, que não vamos participar do colégio eleitoral. Essa operação para tirar o povo das instituições podres, para permitir que a podridão sobreviva e, como dizia o saudoso, “o povo, que se exploda”. Nós não vamos permitir. E temos as condições de avançar como partido nesse rumo.

Nós auspicamos que, a partir desse congresso, se abra um novo curso no qual as correntes internas não se dediquem a contar garrafinhas, mas a buscar os meios de avançar a organização da classe trabalhadora. Esse é o compromisso da fundação do PT. Para terminar quero dizer que é com muito orgulho que comparamos com os companheiros da CNB cuja responsabilidade na construção desse partido, todos sabem.

FALA DE MISA BOITO

A QUESTÃO DA MULHER E A UNIDADE



outra delegada da CNB apresentasse a sua resolução.

Ao final, em plenário, duas resoluções foram a voto: resolução 1, proposta conjunta de Unidade pela Reconstrução e CNB, e resolução 2, oriunda da de SP.

Na defesa da no. 1, Misa Boito lembrou que o PT, “partido de massas, não está imune a que no seu interior ocorram atos individuais de machismo. Mas o PT não é composto por sexos que se opõem, mas por homens e mulheres oprimidos como classe, por uma classe, também de homens e mulheres, proprietária do capital”. Lembrou que o PT tem desde sua origem a bandeira da luta em defesa da mulher trabalhadora, que elegeu as primeiras prefeitas de capital (Fortaleza e São Paulo) e elegeu naquele congresso uma mulher como presidente. E chamou a unidade entre mulheres e homens do PT para combater eventuais atos machistas. Propunha formar uma comissão na Secretaria de Mulheres para acolher denúncias.

Submetidas à votação, a mesa (Falcão, Romenio e Pomar) declarou vencedora a proposta 2 “por contraste”, sem consultar as proponentes. O erro evidente levou à exigência da contagem de votos, que as defensoras da no. 2 quiseram impedir no grito. Contagem feita, venceu a resolução 1 por 243, contra os 230 para a proposta 2.

O ponto que gerou maior polêmica e contagem de votos foi a opressão da mulher. Foi um alerta ao PT do perigo de posições feministas que dividem, mulheres contra homens, como numa resolução vinda do Congresso de São Paulo. Ela considera um dado da natureza a opressão da mulher e os homens seus agressores naturais. Propunha criar um novo organismo plenipotenciário, composto só por mulheres, para punir casos de machismo no partido. Modificada, chegou ao Congresso Nacional bancada pela Democracia Socialista e Articulação de Esquerda, entre outros.

Na discussão em grupo, derrotadas na votação, as suas defensoras numa atitude autoritária diante da crítica de uma delegada da “Unidade pela Reconstrução do PT”, acusaram-na de “submissa a seu macho” e aos gritos impediram que

A montanha pariu um rato: Temer

Por 4 x 3, julgamento podre reflete apoio da maioria da classe dominante

A mídia criou uma expectativa ao redor do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dia 9, pedido pelo derrotado Aécio Neves do PSDB, após a eleição de 2014. Como se a corte pudesse fazer justiça, no caso, condenando Temer por corrupção, quando Dilma já tinha sido derrubada (a real motivação desse processo).

Não deu outra, Temer foi absolvido por 4 X 3. Para isso, se esperou Temer nomear 2 novos juízes e se excluiu do processo provas e delações (de Joesley Batista à Oderbrecht). Figura agora acessória no processo, Dilma se beneficiou de não ficar "inelegível".

O fiasco do TSE serviu para mostrar que o judiciário é tão "político", venal e corrupto, quanto o Congresso Nacional e ambos carecem de legitimidade. Juízes se atacaram e contradisseram violentamente, por razões submersas. Gilmar Mendes, presidente do Tribunal, se esmerou em dizer o contrário de antes.

Mas o julgamento mostrou que, apesar do engajamento da classe dominante nas contrarreformas de Temer, ela está dividida - não por dilemas morais! - sobre a capacidade de Temer colocá-las em marcha, frente a resistência popular.

Tanto que ao sair do jantar de comemoração da absolvição, Temer enfrentou outro fogo amigo: a revista Veja acusava-o de mandar a Agência Brasileira de Informação, a Abin, espionar o ministro Faccin, do STF; relator da investigação das suas relações com a JBS. Ele também teria voado nos seus



TSE julga a chapa Dilma-Temer

jatinhos para fazer campanha para a vaga no STF.

Após dura nota da presidente Carmen Lucia, do STF, da OAB e outros, as relações voltaram ao "normal" e o sinistro general Etchegoyen do Gabinete de Segurança Institucional, responsável da Abin, continuou no seu posto - nem um inquérito foi aberto! **Esperando "fatos novos"**

Mas está longe terminar. Dividido, o PSDB decidiu dia 12 manter apoio a Temer em nome das contrarreformas, quer dizer, a menos que "surjam fatos novos" que todos sabem que virão.

Nos próximos dias, o procurador geral Janot, terminada a perícia da PF, deve oferecer a denúncia contra Temer na questão do áudio de Joesley Batista que o flagrou em "tenebrosas transações", altas horas da noite, fora

da agenda etc. etc. Daí, para o impeachment no Congresso seria um passo.

O que vai acontecer?

A Eurásia, consultora estadunidense preferida do capital financeiro, disse que "será difícil destituir o presidente Temer na Câmara, pois seriam necessários dois terços do total de votos e... vários deputados estão também

sofrendo acusações da Operação Lava Jato... e há uma crescente urgência para garantir essas medidas (reformas)". Mas prudente, a Eurásia adverte que "a greve geral marcada para o próximo dia 30 deve ser observada" (Valor, 13/6)!

Este é o verdadeiro fato novo que pode e deve abreviar o sofrimento da nação, abater esse governo, convocar Diretas Já para que um novo governo - o PT de Lula, favorito nas pesquisas, tem esse compromisso - adote medidas de urgência para criar empregos e recuperar os serviços, e convoque uma Constituinte para anular as medidas dos golpistas (entrega do Pré-sal, terceirização, congelamento de gastos por 20 anos etc.) e avançar nas reformas populares (agrária, política, do judiciário etc.).

A coalizão golpista não oferecerá nenhuma saída positiva para aguda crise institucional. É a ação concreta das massas que, aliás, está em curso, que pode fazê-lo.

Markus Sokol

Liberdade para Vaccari!

Acusação está ruindo

No Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que julga recursos das sentenças aplicadas pelo juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, um dos desembargadores defendeu a absolvição de João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, por não ter visto no processo elementos de comprovação dos crimes pelos quais foi condenado (corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa).

De acordo com o advogado de Vaccari, Luiz Flávio D'Urso, é a primeira vez que "um tribunal superior, ou pelo menos um desembargador, reconhece que houve condenação sem nenhuma prova, com base exclusiva em palavra de delator, o que não é possível pela lei brasileira".

No julgamento, ocorrido no dia 6, o TRF-4 apreciava os recursos de Vaccari

e de outros quatro condenados por Moro em 2015. O relator, João Pedro Gebran Neto, pediu o aumento de pena de Vaccari, de 15 para 18 anos de prisão, mas outro desembargador, Leandro Paulsen, opinou pela absolvição, afirmando: "Nenhuma sentença condenatória será proferida apenas com base nas declarações de agente colaborador. O fato é que a vinculação de Vaccari não encontra elementos de corroboração".

A divergência entre os dois magistrados levou um terceiro, Victor Laus, a pedir vistas do processo, que foi então suspenso. Vaccari é um preso político, condenado pela Lava Jato como parte da ofensiva contra o PT. Liberdade para Vaccari!.

Cláudio Soares

Sem provas, MPF pede condenação de Lula

"Convicção" não pode ser suficiente

Como parte da Operação Lava Jato, o Ministério Público Federal (MPF) pediu a condenação de Lula, apontando suposto desvio de R\$ 87 milhões da Petrobras. Em mais de 300 páginas de alegações finais, os procuradores não conseguiram apresentar nenhuma prova das acusações, mas ainda assim pedem a condenação.

É a famosa "convicção" que, na República de Curitiba, dispensa provas.

De acordo com o próprio texto, o caso é de notável "dificuldade probatória", jeito empolado de dizer que não conseguiram comprovar o que escrevem. Sendo assim, opinam que é necessário acreditar nas palavras dos delatores que incriminaram Lula.

O ex-presidente é acusado de lide-

rar um esquema de corrupção por ter sido o responsável, em última instância, pela nomeação de diretores da Petrobras. Seguindo esse raciocínio, todos os crimes atribuídos a qualquer integrante de seu governo poderiam levar à condenação de Lula!

Para justificar sua argumentação em termos "teóricos", o MPF recorre a dois livros: o primeiro, escrito por um dos próprios procuradores da Lava Jato; o segundo, pelo juiz Sérgio Moro. "Uma condenação pode legitimamente ter por base prova indiciatória no lugar de uma prova cabal", escrevem. É a versão, em documento oficial, do "não temos provas, mas temos convicção". Para tentar tirar Lula da cena política, vale tudo.

ESPECIALIZADO EM CORRUPÇÃO...

Paladino da luta contra corruptos, o procurador da República Ângelo Goulart Vilela discursou na Câmara dos Deputados em junho de 2016, para defender o pacote de "dez medidas contra a corrupção" do Ministério Público Federal. Ali saudou o "amigo" Deltan Dallagnol, também procurador, integrante da Operação Lava Jato. Quase um ano depois, Vilela foi preso, acusado de vazar informações sigilosas de investigações ao empresário Joesley Batista, da JBS, em troca de propina. Grandes empresários e seus operadores no aparelho de Estado fazem o que sempre fizeram, enquanto discursam contra a "corrupção do PT".

Lançada Frente Ampla pelas Diretas Já

Partidos, centrais, movimentos e entidades civis se unem

Em 5 de junho, por proposta da CUT e das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, reuniram-se em Brasília representantes de dezenas de entidades e movimentos, dentre elas a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, o Conselho Federal de Economia (Confecon), a Frente de Juristas pela Democracia e a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Além da CUT, CTB e Intersindical, somaram-se à nova frente as centrais sindicais CSB, Pública, UGT e várias confederações, como a CNTM (metalúrgicos da Força Sindical).

Os partidos políticos representados são o PT, PCdoB, P-SOL e PSB. Também integraram a nova frente vários movimentos populares – como o MST, o MIST e a CMP – juntamente com a UNE e outras organizações de juventude.

Houve assim uma verdadeira ampliação em relação às entidades que já participavam de frentes – como as que, ao lado da CUT, convocaram a reunião – em direção aos mais variados setores sociais.

Construção de Brasil livre e soberano

Na nota divulgada após a reunião que constituiu a Frente Ampla Nacio-

nal pelas Diretas Já pode-se ler:

“O Brasil atravessa uma grave crise política, econômica, social e institucional. Michel Temer não reúne as condições nem a legitimidade para seguir na presidência da República. A saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político.

A manutenção de Temer ou sua substituição sem o voto popular significa a continuidade da crise e dos ataques aos direitos, hoje ma-

terializados na tentativa de acabar com a aposentadoria, os direitos trabalhistas e as políticas públicas, além de outras medidas que atentam contra a soberania nacional.

Por isso, conclamamos toda a sociedade brasileira a se mobilizar, tomar as ruas e as praças para gritar bem alto e forte: Fora Temer! Diretas já! Nenhum direito a menos! O que está em jogo não é apenas o fim de um governo ilegítimo, mas sim a construção de um Brasil livre, soberano, justo e democrático”.

Correspondente

Artistas se somam às Diretas Já!

Mas nada justifica vetos a centrais ou partidos políticos

Após os áudios vazados de Joesley Batista (JBS) com Michel Temer no Palácio do Jaburu, a luta por “Diretas Já!” ganhou o reforço de artistas que realizaram shows com atos políticos em várias capitais.

O primeiro deles ocorreu no Rio de Janeiro em 28 de maio na orla de Copacabana. Milhares de manifestantes faziam coro de “Fora Temer, Diretas Já” a cada apresentação.

Com a participação de entidades participantes das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, o ato contou com participação de parlamentares, com alguns falando como personalidades e não em nome de seus partidos. Houve certa tensão com o pedido feito desde o carro de som para que fossem retiradas bandeiras e balões da CUT, cujo presidente, Vagner Freitas, falou pela Frente Brasil Popular. Mas eles continuaram na manifestação até o início da apresentação de Caetano Veloso.

Em São Paulo, matérias veiculadas

pela imprensa diziam que não haveria participação de “partidos e sindicatos” no showmício de 4 de junho no Largo da Batata. Após muita discussão, os organizadores vieram a público dizer “que todos seriam bem-vindos”.

Houve falas das duas frentes, com o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, falando pela Povo sem Medo, bandeiras da CUT, PT e outros partidos e movimentos, mas não foi dada a palavra a parlamentares ou dirigentes partidários.

Já no domingo, 11 de junho, em Salvador, mais de 100 mil pessoas estiveram no Farol da Barra em ato organizado pela Frente Brasil Popular com vários artistas animando os manifestantes. Houve intervenções de partidos, centrais sindicais, entidades estudantis, MST, OAB, dentre outros. Também ocorreram atos em Porto Alegre e Recife.

Todos juntos na luta!

Sem dúvida, a vinda dos artistas populares para a luta pelo Fora Temer e

Diretas já é muito importante, pois atrai novos setores e mobiliza uma parcela da opinião pública.

Mas, é preciso compreender que essa luta é de todos e não deve ser monopolizada por ninguém, inclusive por aqueles que se dizem

“sem partido”, às vezes para esconder suas próprias posições políticas.

Se os eixos de uma manifestação política, ainda que com componente artístico, são comuns – como era o caso dos atos citados – não deve haver lugar a vetos, venham de onde vierem.

É importante ressaltar que inclusive artistas, nos atos já realizados, fizeram o vínculo entre a defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários atacados pelo governo



11 de junho: em Salvador (BA), 100 mil por Fora Temer, Diretas Já!

golpista com o Fora Temer e o Diretas Já. Em São Paulo também o chamado à greve geral no final de junho encontrou lugar.

A hora é a da mais ampla unidade para derrubar as “reformas” dos golpistas e com elas o governo Temer, ou qualquer outro que o substitua por via indireta para prosseguir nos ataques à nação e à classe trabalhadora.

João B. Gomes

Ressuscitado o Conselho Nacional do Trabalho

O que a CUT tem a fazer nesse fórum sem a retirada das “reformas”?

Em 1º de junho, o governo Temer instalou o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão consultivo com 10 entidades de trabalhadores, 10 de empresários e 10 do Executivo federal (além do Ministério do Trabalho, de mais oito ministérios e da Casa Civil).

Dentre as entidades de trabalhadores, a CUT, através do dirigente Valeir Ertle, esteve presente no ato de instalação. O ministro Ronaldo Nogueira, na ocasião, lembrou que o CNT havia sido criado no governo FHC, agregando que ele possibilita que “a sociedade possa participar da discussão e das soluções”.

Um escárnio, pois o desmanche da Previdência e da CLT estão em curso no Congresso, sem qualquer “discussão” prévia com os principais interessados, os trabalhadores.

O que quer o governo Temer é, depois de ver aprovadas as “reformas”, legitimá-las nesse órgão consultivo sobre questões do “mundo do trabalho”.

CNTE rompeu com o Fórum da Educação

Isso num momento em que a CNTE-CUT e outras entidades abandonam o Fórum Nacional de Educa-

ção dizendo: “Não reconhecemos a legitimidade do FNE constituído por Temer-Mendonça e da Conae sob a supervisão do MEC”.

Segundo a EBC (Agência Brasil), Valeir disse na instalação do CNT: “É a primeira vez que temos um grupo assim tão grande de debate sobre o mundo do trabalho. Acredito que, com isso, conseguiremos fazer uma discussão mais produtiva”. Já a Rede Brasil Atual reportou declaração de Valeir de que “alguns itens da reforma poderão ser discutidos no conselho, embora a tramitação do projeto já esteja adiantada”. Já Serginho, da Força Sindical, “lembrou

que as centrais reivindicam a interrupção da tramitação do projeto de reforma” o que poderia levá-las “a reavaliar suas posições” (RBA). Curiosas declarações.

Sem retirada das contrarreformas trabalhista e previdenciária, que é o eixo da nova greve geral que se prepara para 30 de junho, a CUT não tem nada a fazer no CNT. Até 6 de julho, quando se prevê o início de seus trabalhos, as instâncias da CUT devem tomar uma clara posição nesse sentido.

Lauro Fagundes

Pedro Sánchez vence eleição interna no PSOE

Na disputa pela secretaria-geral do partido, base operária se reuniu em torno de sua candidatura

No dia 21 de maio, depois de duas semanas de campanha interna, com dezenas de reuniões públicas e de comícios, houve a eleição para o cargo de secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). A votação registrou comparecimento de 92% dos 187,6 mil filiados ao partido. Desses, 50% votaram no ex-secretário-geral Pedro Sánchez, 40% em Susana Díaz e 10% em Patxi López.

O que cada um deles representa?

Sánchez conseguiu reunir em torno de si a maioria dos militantes do movimento operário que desejam se reapropriar de seu partido para colocá-lo à frente da luta contra o governo direitista de Mariano Rajoy e pelas reivindicações centrais: revogação da reforma do Código do Trabalho, do artigo 315.3 do Código Penal (que criminaliza greves), defesa do regime público de aposentadorias, de uma solução política para a Catalunha. Uma carta, assinada por mais de mil sindicalistas filiados ao partido, havia manifestado apoio a Sánchez (leia em OT-807).

De outro lado, a quase totalidade da velha direção do PSOE, a começar por Felipe González (apoiaador maior da monarquia e do capital financeiro), com a ajuda dos grandes jornais, do "El País" ao "ABC" (porta-voz da



Atividade da campanha de Pedro Sanchez em Sevilha

Casa Real), fez campanha por Susana Díaz, atual presidente do governo regional de Andaluzia. No ano passado, ela orientou a abstenção da bancada do PSOE no Parlamento, permitindo assim a constituição do novo governo Rajoy.

O terceiro candidato, Patxi López, sem ter uma posição em particular, foi colocado pelo aparelho do partido para tentar dividir os votos.

A batalha no PSOE continua. Neste mês ocorrerá o congresso do partido, quando novamente vão se enfrentar os apoiadores de Sánchez e de Díaz.

Ataques dos jornais

Logo após o anúncio do resultado da eleição, houve várias declarações contra Sánchez. Os editoriais do "El País", jornal que se diz "progressista", do "ABC" e de "La Razón" (extrema direita) tiveram o mesmo tom. "Quem ganhou foi a cultura da revanche histórica, o questionamento da transição (da ditadura), de ruptura da Constituição. Reconduzir esses militantes ao compromisso, aos valores da política de pacto com a direita foi impossível. A divisão social está aí."

Esses mesmos jornais fizeram apelo

ao aparelho partidário para usar o bisturi, ou seja, limpar o PSOE da maioria de seus militantes. Sem pudor, escreveram que Sánchez conduzirá o partido à marginalidade. Esse argumento ignora que, na Alemanha, por exemplo, o Partido Social-Democrata (SPD) acaba de sofrer uma derrota histórica em seu reduto da Renânia do Norte-Vestefália, por abandonar posições defendidas por sua base social operária.

O declínio do PSOE, a perda constante de militantes e de votos teve como ponto de partida o dia 10 de maio de 2010, quando o primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero aprovou um plano brutal de austeridade e uma primeira reforma do Código do Trabalho. Isso provocou, segundo o então secretário-geral da central sindical UGT, Cândido Méndez, uma ruptura com a classe operária.

O resultado dessa eleição interna é um reflexo direto da resistência da classe operária, que se manifesta em todas as suas organizações. A luta prossegue, e nenhum militante operário comprometido com a defesa dos direitos sociais e democráticos pode se considerar neutro.

Correspondente

Portugal: ampla greve dos funcionários públicos

Trabalhadores não aceitam a manutenção do congelamento dos salários e das carreiras

No final de maio, centenas de milhares de trabalhadores da administração pública em Portugal realizaram uma ampla greve, paralisando serviços, sobretudo nos hospitais e nas escolas. A mobilização foi realizada a partir de um apelo lançado por alguns sindicatos dos respectivos setores profissionais, pertencentes à Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (filiados à central sindical CGIP).

A greve teve como reivindicação central o descongelamento dos salários e das carreiras, questão que afeta todos os funcionários públicos. O congelamento existe desde 2010, para praticamente todos, e nesse período a inflação aumentou mais de 9%, com a correspondente perda do poder de compra dos trabalhadores.

De acordo com os sindicatos, foi uma das maiores greves dos funcionários públicos dos últimos anos. A média de paralisação foi de 70% a 90% em muitos serviços.

A mobilização para a greve foi expressão da vontade dos funcionários públicos de não aceitarem a decisão, contida no Programa de Estabilidade que o governo português enviou à União



Apesar das direções dos sindicatos de médicos e enfermeiros não chamarem a greve, centenas de centros hospitalares foram paralisados pelos trabalhadores

Europeia, relativo ao período 2017-2021, de que os salários dos trabalhadores do serviço público continuarão congelados, ao mesmo tempo em que se estima em 8,9% o aumento dos preços nesses cinco próximos anos. Os trabalhadores não aceitaram, portanto, uma diminuição do seu poder de compra em quase 20%, numa década. Essa foi a mola da mobilização.

Política do governo

O corte no poder de compra entra frontalmente em contradição com as expectativas e aspirações dos trabalhadores e das populações que, nas eleições

legislativas de outubro de 2015, puseram em minoria os partidos da direita, até então ocupantes do poder, e viabilizaram a constituição de um governo do Partido Socialista (PS) apoiado pelas bancadas parlamentares do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista Os Verdes (PEV).

Diante dessas legítimas aspirações, seria natural que as direções de todos os sindicatos dos trabalhadores da administração pública tivessem feito um apelo comum à greve. Mas não foi isso que aconteceu. Os sindicatos dos professores, dos enfermeiros e dos médicos,

por exemplo, não convocaram a greve. As suas direções privilegiam as "agendas negociais" particulares, em detrimento da ação conjunta.

Essa orientação política decorre de seu "apoio crítico" ao governo e da tentativa de encaixarem essas agendas particulares na "agenda de fundo" do próprio governo, que, por sua vez, reafirma diariamente o "respeito a todos os compromissos com os nossos credores". A política governamental levou à manutenção dos cortes nos serviços públicos, prosseguindo com as medidas do governo anterior.

O posicionamento das direções sindicais é que permitiu ao ministro das Finanças, Mário Centeno, reafirmar, após a greve, que até 2019 "não se prevê qualquer atualização das tabelas salariais (dos funcionários públicos)" e que "o descongelamento das carreiras" ocorrerá em várias fases. No entanto, a mobilização maciça dos funcionários públicos em defesa do seu poder de compra, registrada na greve, é a expressão de uma resistência que também começa a se fazer sentir em outros setores.

Correspondente

“A luta contra a guerra e a exploração ultrapassa fronteiras”



Com a palavra o sindicalista e dirigente petista Jacy Afonso



Publicamos abaixo entrevista de Jacy Afonso de Melo, concedida ao jornal do Partido Operário Independente (POI) francês, “Informations Ouvrières” (informações Operárias), que vem recolhendo depoimentos dos primeiros signatários da convocatória à Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, que terá lugar em Argel (norte da África) entre os dias 5 e 8 de outubro próximo.

Jacy Afonso, ex-membro da Executiva nacional da CUT, é secretário de formação da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CN-CUT), militante da corrente petista Articulação Unidade na Luta e membro da direção do PT-DF.

Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

A principal lição tirada é a importância da solidariedade da classe trabalhadora, incluídos aí a juventude e todos os povos oprimidos. Uma solidariedade que deve ser internacional, que se firma e se amplia a cada ataque de direitos, sejam trabalhistas ou humanos em sua essência. “Mexeu com trabalhador, mexeu comigo, mexeu com os povos oprimidos, mexeu comigo, mexeu com os jovens, mexeu comigo” expressa o sentir pelo e com o outro, a empatia como impulsora da luta coletiva contra a guerra e contra a exploração, que ultrapassa fronteiras, que diz respeito a todas e todos de todos os países do mundo.

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e anti-imperialista?

É fundamental que companheiras e companheiros de diferentes forças e correntes de pensamento se engajem na luta contra a guerra e a exploração. Todos e todas defendemos e acreditamos na possibilidade de “um outro mundo possível”, que seja solidário, onde as pessoas sejam respeitadas em suas mais diversas opções, onde o trabalho traga o sustento e a dignidade, no qual crianças sejam crianças, jovens tenham a oportunidade de estudar e se divertir. Todos os segmentos, sejam de correntes políticas organizadas do ponto de vista de formação ideológica, sejam organizações sociais que lutam em defesa dos direitos trabalhistas, humanos, por terra, moradia, enfim, que atuam em defesa dos direitos de forma ampla. Os diversos posicionamentos políticos, as diferentes concepções de organização, enriquecem, acrescentam, questionam e constroem caminhos possíveis para se chegar à dignidade de todas e todos.

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

O processo que estamos vivenciando no Brasil desde junho de 2013, com as manifestações da juventude contra o aumento das passagens de ônibus e que foram geradoras de um conjunto de ações que apontam para a construção da unidade da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A campanha do Plebiscito popular sobre a Constituinte foi importante, conseguindo sensibilizar 8 milhões de pessoas em nosso país.

Mais recentemente, o acúmulo de manifestações contra o governo golpista no Brasil vem crescendo, as ações se tornam mais compactas e unificadas, culminando na greve geral de 28 de abril.

É importante registrar que nessa luta contra o golpe, em defesa da democracia, houve uma apartação na sociedade brasileira, quando manifestações de extrema direita surgiram com formas explícitas de ódio. Estas, porém, geraram uma reação contrária e uma disposição de organização em outro patamar. O movimento dos estudantes secundaristas ocupando as escolas contra a Reforma do Ensino Médio de forma pacífica, solidária,

construtiva, propositiva. Lideranças como a jovem Ana Júlia, despertaram naquele momento e trouxeram outros estudantes para as ações que se desenvolveram desde então. Todas essas jovens lideranças estavam presentes em atos em defesa da Democracia e contra a perseguição ao Lula.

Continuamos agora a empenhar nossos esforços contra as reformas da Previdência e trabalhista, que nos chamam a aprimorar e radicalizar nossas ações em resposta aos ataques violentos às conquistas históricas dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Indiscutivelmente que nos sentimos fortalecidos pela solidariedade internacional que temos recebido desde o golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma, legitimamente eleita. As manifestações não somente dos países da América Latina, mas de um amplo movimento que se articulou internacionalmente nos faz prosseguir, nos aponta a responsabilidade de resgatar nossa democracia, de fortalecer os explorados e de combater os diferentes conflitos instalados no Brasil.

Sem desviar nossos olhos das guerras em outros países, como na Síria, dos intermináveis combates no Iraque, dos violentos ataques sofridos pelo governo e pelo povo venezuelanos, não perdemos a consciência da guerra instalada nos morros do Rio de Janeiro, das chacinas aos jovens negros de São Paulo, da dizimação das comunidades indígenas e quilombolas, da destruição de florestas e rios, que acontecem Brasil adentro. Todos esses conflitos provocados pelo capital que desenfreadamente destrói pessoas, povos, culturas em nosso país e no mundo em nome do lucro, da ganância, do poder.

Digo com isso que trabalhadoras e trabalhadores são mais que força de trabalho, são cidadãos conscientes de seus direitos, certos de que é preciso começar em sua aldeia e ampliar sua luta em nível mundial, com consciência de classe.

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha?

O que temos visto de solidariedade para nossa luta contra o golpe e contra a destruição de direitos, tanto de brasileiros que vivem no exterior, como de pessoas e organizações das mais diversas

nacionalidades, nos fortalece, exprimindo o coletivo, o estar juntos, independentemente de fronteiras, de culturas, de línguas, de nível de desenvolvimento.

O reforço do espírito internacionalista da classe trabalhadora é fundamental para fortalecer a solidariedade e que ela seja mútua, de mão dupla. Assim, todos nos sentiremos cidadãos do mundo, responsáveis por um planeta que é de todos, donos de uma riqueza que por nós é produzida e que por nós deve ser usufruída, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Além disso, quando fazemos uma luta local, no território, nos apoiamos de maneira próxima e estamos discutindo as relações que queremos estabelecer na nossa cidade, no nosso país, e que mundo queremos para viver e conviver.

Haiti

Greve nas zonas francas

Os trabalhadores das zonas francas do Haiti estão em greve, pelo aumento do salário mínimo diário de 300 gourdes (R\$ 14,00) para 800 gourdes (R\$ 37,00).

As organizações sindicais (GOSTRA-Confederação dos Trabalhadores do Setor Público e Privado, PLASIT-Batay Ouvryé, CNOHA) lançaram um movimento de greve a partir de 19 de maio.

Milhares de trabalhadores responderam ao chamado. O movimento prosseguiu na sexta-feira 26, segunda 29, terça 30 de maio e quinta 1º de junho.

Em carta, Jean Bonald Fatal, presidente da CTSP, informa que, além do reajuste do salário mínimo, eles também exigem a suspensão da revisão de 16 artigos do Código do Trabalho e denuncia a repressão policial: “Até no interior da fábrica MBI a polícia agride os operários, inclusive mulheres grávidas, por estarem em greve; a direção da Val D’or chamou jagunços para bater nos trabalhadores.” Será apresentada denúncia contra o Estado haitiano ao Comitê da liberdade sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Voto de resistência para o Labour Party

Resultado das eleições na Grã Bretanha abalam governo conservador

O resultado das eleições gerais na Grã-Bretanha (8 de junho), agudiza a crise do governo britânico e de todos os governos europeus. Os conservadores perderam a maioria absoluta na Câmara dos Comuns (deputados) e o Labour Party ganhou 31 cadeiras numa derrota humilhante para a primeira-ministra conservadora Theresa May que antecipou essas eleições com o objetivo de consolidar sua maioria.

O Partido Conservador precisava de uma maioria mais sólida para continuar cortando o orçamento e impondo a destruição de direitos dos trabalhadores visando a negociar os termos do Brexit (a saída da Grã-Bretanha da União Europeia). E tinha o apoio dos principais dirigentes da Europa que também queriam um governo britânico forte para salvar a União Europeia (UE) do desabamento.

Trabalhadores e jovens contra austeridade

Ao dar 40% dos votos aos candidatos do Labour Party, dirigido por Jeremy Corbyn, os trabalhadores, os jovens, os desempregados indicaram sua vontade de romper com as décadas de política de austeridade imposta pelos conservadores e, antes, por Tony Blair e Gordon Brown, representantes da direita do Labour Party.

Apenas um mês antes da eleição, as pesquisas previam uma vitória esmagadora dos conservadores. Em algumas semanas dezenas, centenas de milhares de militantes, filiados e simpatizantes do Labour Party, do



Jeremy Corbyn, do Labour Party em atividade de campanha

Momentum (movimento de apoio a Jeremy Corbyn, criado em 2015), dos sindicatos entraram em campanha e viraram o jogo.

Para isso, eles puderam se apoiar no programa eleitoral do Labour Party que rompe com todos os anteriores: reestatização das estradas de ferro; revalorização do salário mínimo; supressão dos contratos “zero hora” (o trabalhador fica à disposição do patrão mas só recebe as horas efetivamente trabalhadas); revogação das taxas de inscrição nas universidades; investimentos maciços no NHS (Sistema Nacional de Saúde); ruptura com as leis antissindicais impostas por Thatcher e pioradas por todos os governos sucessivos.

Resultado da mobilização em favor do Labour, a participação atingiu um nível recorde desde 1997, com 600 mil novos eleitores inscritos, dos quais dois terços com menos de 34 anos. O Labour ganhou a maior parte das cadeiras nas circunscrições em que houve aumento da participação.

Mais um lance da crise que sacode a Europa

O resultado dessas eleições foi um fracasso vexatório para os que, no seio do Labour, previam a derrota do partido e antecipadamente responsabilizavam Jeremy Corbyn. Um fracasso para a direita do Labour que defendeu e aplicou as medidas de austeridade dos conservadores.

May é um governo minoritário. Para manter-se no poder, terá que se aliar aos piores reacionários do Partido Unionista Democrático (DUP), que serve a uma única causa: impedir por todos os meios a unificação da Irlanda, preservando a dominação da Inglaterra sobre a Irlanda do Norte.

Abre-se uma crise que abala não apenas as instituições britânicas, mas todo o edifício das instituições da UE. Guy Berhoftstadt, negociador do Brexit no Parlamento Europeu, declarou: “Mais um gol contra, agora de May, depois de Cameron, vai complicar ainda mais as negociações que já eram complexas”.

A crise que sacode a UE não é a crise desta ou daquela forma de governo burguês como mostram os abalos que atingiram quatro dos mais importantes Estados europeus:

-Em junho de 2016 a vitória do Brexit, amalgamava um voto popular contra a política da União Europeia, com uma parte dos círculos dirigentes do imperialismo britânico que precisavam se afastar da UE para reorientar a atividade da City (o centro financeiro de Londres)

para Wall Street (os EUA), a Ásia e a África a fim de salvar seu lugar de primeiro mercado financeiro mundial. Cameron foi ejetado e as maiores incertezas recaem sobre as condições do Brexit;

-Em 4 de dezembro de 2016, Matteo Renzi, presidente do Conselho, italiano foi inteiramente abatido no referendo que ele mesmo convocou para reformar a Constituição;

-Na França, os dois principais partidos que dominam a vida política há 70 anos, os Republicanos e o Partido Socialista, nem chegaram ao segundo turno. Sete milhões votaram Jean-Luc Mélenchon, que encarnou a ruptura e o prolongamento de cinco meses de mobilizações e greves contra a reforma do Código do Trabalho da ministra El Khomri. Num segundo turno entre Macron e a candidata da extrema direita, Marine Le Pen, 16 milhões de eleitores votaram branco ou se abstiveram. Um mês depois, mais de 50% dos eleitores recusaram-se a votar nas eleições legislativas, um nível de abstenção jamais visto no país;

-Na Alemanha, o SPD-Partido Social Democrata sofreu três severas derrotas eleitorais nas eleições regionais de maio, inclusive na Renânia do Norte-Westfália, seu bastião histórico; isso coloca em risco a renovação da chamada “grande aliança” entre Merkel (CDU) e o SPD, nas eleições de setembro, única possibilidade de governo estável para a Alemanha.

Apesar da crise profunda de todos os governos, apesar dos movimentos de resistência organizados no Labour Party, sob direção de Corbyn, com as greves de ferroviários, de médicos, de controladores de tráfego aéreo, os piores ataques continuam. São problemas colocados em toda a Europa e que têm tudo a ver com as questões levantadas pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores (AIT) no chamado à Conferência Mundial Aberta (outubro de 2017).

Para discutir essas questões, uma reunião será em breve organizada em Londres.

Correspondente

REVISTA A VERDADE Nº 93 - Junho de 2017

O editorial aborda o aprofundamento da crise mundial. Os acontecimentos após a eleição de Donald Trump, em particular nos Estados Unidos e a crise de desintegração dos imperialismos da Europa que abre um cenário de incerteza. Artigos sobre Estados Unidos, México e Grã Bretanha discutem os desdobramentos da crise nesses países.

No artigo “Revolução digital, inovação e superexploração capitalista” Stéphane Marati discute o impacto da evolução digital sobre o trabalho e o emprego.

No ano do centenário da Revolução Russa a edição contém um dossiê com as respostas que, em 1957, quando das comemorações dos 40 anos da Revolução de Outubro, militantes operários de diferentes sensibilidades escreveram à pergunta: “O que representa para você a Revolução de Outubro?”

A revista pode ser adquirida por R\$ 15,00 com os militantes de O Trabalho.

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

UM MUNDO QUE BALANÇA



Manifestação em Chelms, Massachusetts: atos públicos de 1º de Maio nos EUA foram marcados por protestos contra a perseguição aos imigrantes, eleitos pelo governo de Donald Trump.

- Estados Unidos, México, Grã-Bretanha: após a eleição de Trump e o Brexit
- Revolução digital, inovação e superexploração capitalista

Há um século, a Revolução de Outubro
Debate em 1957, no 40º aniversário



Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br